

O CRESCIMENTO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA-AM, A PARTIR DOS ANOS SETENTA, E OS PROBLEMAS DE SANEAMENTO BÁSICO

Autores: Osmar da Rosa Rabelo¹
Samira Iasbeck de Oliveira Soares²

RESUMO

O objetivo deste artigo é mostrar que o município de São Gabriel da Cachoeira (SGC), onde se encontra uma das maiores riquezas ambientais e culturais da Amazônia, passa por graves problemas de ocupação do solo e de saneamento básico, devido principalmente ao crescimento da população, desde os anos setenta, explicitado por conflitos, que podem se agravar devido às mudanças climáticas. Em 2012, o rio Negro teve a maior cheia já registrada e a população, que tradicionalmente utiliza o rio para diversas atividades, tem ficado cada vez mais exposta às enchentes. As doenças infecciosas e parasitárias, resultantes da falta de saneamento básico, estão entre as principais causas tanto de internações na rede pública de saúde quanto de óbitos de crianças. A adoção de políticas públicas voltadas para o planejamento urbano e para o saneamento básico poderiam reverter a atual situação de degradação ambiental da cidade, melhorar os indicadores de saúde, principalmente aqueles referentes às crianças, e o município servir de modelo de desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

The objective of this paper is to show that the municipality of São Gabriel da Cachoeira (SGC), which is a major cultural and environmental wealth of the Amazon, undergoes serious problems of land use and sanitation, mainly due to population growth, since the seventies, explained by conflicts, which may worsen due to climate change. In 2012 the Negro was the biggest flood ever recorded and the population that traditionally uses the river for various activities is increasingly exposed. Infectious and parasitic diseases resulting from poor sanitation is a major cause of hospital admissions in public health and child deaths. The adoption of public policies

¹ Mestre em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente – Unicamp, IE, 2010. Endereço residencial: Rio Negro I, Bairro da Praia, casa 04, São Gabriel da Cachoeira-AM, CEP 69.750-000, fone 97 81135995, email: osmar.rabelo27@gmail.com

² Mestre em Ciência Ambiental pelo PROCAM – USP, 2009. Endereço Residencial: SQN 214, BL G, apto 509, Asa Norte, Brasília-DF, CEP 70.873-070, fone 61 3263 3337, email: samira@samirasoares.com

urban planning and sanitation could reverse the current situation of environmental degradation in the city, improve health indicators, especially those related to children and the city as a model of sustainable development.

Palavras-Chave – crescimento urbano, saneamento básico e degradação ambiental.

1. INTRODUÇÃO

Até a década de setenta, São Gabriel da Cachoeira (SGC) era uma pequena e das mais antigas vilas do rio Negro, que funcionou como entreposto comercial, forte militar e base de ação missionária. Em 1861, existiam trinta e três casas e três vendas. Entre 1951 e 1955, a população estimada era de menos de 600 habitantes para a cidade (LASMAR, 2005).

A partir dos anos setenta, a cidade, cujo perímetro não tinha modificações desde a sua criação, passa por um intenso e caótico crescimento urbano (AZEVEDO, 2006), que se acentua ainda mais nos últimos dez anos. A ação do governo militar, com o Plano de Integração Nacional, Projeto Calha Norte e a reivindicação de demarcação das terras indígenas por lideranças indígenas e ONGs criaram em SGC um cenário único e de conflitos, que norteou o crescimento urbano nas últimas décadas até os dias atuais. Sua localização é privilegiada no interior da floresta amazônica, sendo banhada pelo rio Negro, no centro da maior bacia de águas negras do mundo, com várias praias, além de vasto potencial turístico. O relevo do município de SGC destaca-se por inúmeras montanhas, como a Serra do Curicuriari ou da Bela Adormecida e o Morro dos Seis Lagos, considerado a maior reserva de nióbio do mundo. A cidade não tem indústrias de porte, não recebe esgotos de outras cidades e os únicos meios de acesso são o fluvial e o aéreo. Ela é sede regional de vários órgãos dos governos federal, estadual e municipal, além de diversas organizações não governamentais (ONG) voltadas para a preservação cultural e do meio ambiente, embora sua população seja paupérrima e as fontes de água contaminadas.

O município de SGC localiza-se no noroeste do estado do Amazonas, na fronteira com a Venezuela/Colômbia, é cortado pela linha do Equador, tem uma área de 109.183 km², o terceiro maior município do país, e é o principal polo urbano da região. A cidade de SGC está a 852 km de Manaus, às margens do rio Negro, em um trecho encachoeirado, cerca de trinta quilômetros abaixo da confluência com o rio Uaupés. O município tem uma baixa densidade demográfica (0,35 Hab/km²) e a maior população/proporção de indígenas do País (76,3% da população se autodeclara indígena – IBGE/2000). SGC também poderia se desenvolver sem destruir as diversas e ricas identidades culturais (JUREMA, 2001); existem vinte e três etnias, fala-se o português e mais três idiomas oficiais do município: nheengatu, baníwa e tukano (LEI

primeira Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972, chegou se à conclusão de que, apesar do crescimento do pós-guerra, a maioria dos países continuava pobre, seja por causas endógenas ou exógenas, e que o crescimento deve ser acompanhado de melhoria nas condições sociais e respeito ao meio ambiente. Economicamente sustentável, socialmente desejável e ecologicamente prudente foram os critérios estabelecidos, ao longo dos anos, a partir de uma visão econômico-ecológica, para se chegar ao desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável leva em consideração a **escala** de consumo dos recursos naturais, com base em critérios ecológicos de sustentabilidade, a **distribuição** dos recursos naturais, sob o critério de justiça social, e a **alocação** eficiente dos investimentos, com base nas restrições ambientais e sociais (ROMEIRO, 2011).

Passados dez anos da Conferência de Estocolmo, na Conferência de Nairobi, em 1982, assim como os ecodesenvolvimentistas, o relatório de Brundtland considerou relevante os riscos ambientais do crescimento econômico dentro do contexto de desenvolvimento sustentável e que o crescimento econômico não pode comprometer a qualidade de vida das gerações futuras (BRUNDTLAND, 1991). Em 1992, na II Conferência da ONU para o meio ambiente, emergem a problemática do aquecimento global, as incertezas ecossistêmicas e o princípio da precaução, que foram formalmente inseridos no embate entre crescimento econômico/meio ambiente e no contexto de desenvolvimento sustentável (HOUCARDE, 1997). Atualmente, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro, em 2012, o conceito é ratificado, em face da sua dimensão social, econômica e ambiental. Houve a reafirmação dos temas discutidos nas conferências anteriores e eleitos dois temas centrais da conferência: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável/erradicação da pobreza e a estrutura institucional do desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, emerge a erradicação da pobreza, água e saneamento básico, energia, cidades sustentáveis, proteção social, oceanos, etc. (ONU, 2012).

2.2. Metodologia: pesquisa bibliográfica, observação em campo (período de 23 de novembro de 2011 a 25 de junho de 2012) e análise de dados estatísticos do município.

2.3. Resultados

a. Acontecimentos Históricos 1970/2012

A partir da década de setenta, alguns acontecimentos históricos ocorridos em SGC, envolvendo diversos atores do governo (federal, estadual e municipal), ONGs, lideranças

religiosas e indígenas, tinham objetivos específicos, embora os resultados apresentados algumas vezes divergissem da proposição original, que podem ter resultado em expansão urbana descontrolada, falta de saneamento, conflitos e prejuízos ao município (Quadro 1). Os moradores da cidade e das comunidades indígenas do município modificaram seu modo de vida, seja no modo de exploração dos recursos naturais, seja nas mudanças dos costumes sociais e nos padrões das residências (ELOY, 2011). A construção da BR 307, por exemplo, que foi concebida nos anos setenta com mais de duzentos quilômetros, cujo objetivo era a integração da região ao País, até hoje não foi concluída. Ela tem um pequeno trecho asfaltado em área urbana, a partir do marco zero, no bairro da praia, e se estende até próximo ao aeroporto de Uaupés, afastado da cidade aproximadamente 20 km. A partir da bifurcação da pista, que segue asfaltada até ao aeroporto e porto de Camanaus, a BR 307 tem condições precárias de tráfego, sem asfalto, sistema de drenagem deficiente, vários buracos na pista e pontes de madeira, até o quilômetro 104, onde está a comunidade indígena de Balaio (Figura 1). Depois da ponte, localizada no km 104, ainda falta a liberação do IBAMA para os trabalhos de manutenção, além da oposição de indígenas e ONGs, que destruíram uma ponte e são contra a abertura da rodovia, devido aos problemas de impacto ambiental.

A reivindicação da demarcação de terras indígenas, a partir da década de setenta, por lideranças indígenas e ONGs ainda gera conflitos no município e influenciam a expansão urbana (Quadro 1). Terras indígenas não podem ser objeto da especulação imobiliária, têm o uso dos recursos naturais restringido aos indígenas e limitam a expansão da cidade, como, por exemplo, do outro lado do rio Negro. Em 1975, o antropólogo Peter Silverwood-Cope propõe a criação, em SGC, de um território federal indígena considerando o tamanho da região e as diversas etnias existentes. Por outro lado, em 1979, a FUNAI se fundamenta na divisão das paróquias feita pelos salesianos e declara apenas três áreas contíguas como de ocupação permanente: Pari Cachoeira, Iauareté e Içana/Aiari (TAVARES, 2006). Em 1997, cinco terras indígenas (TI) do município de SGC, Santa Isabel e Japurá foram demarcadas fisicamente, registradas e homologadas, cuja entrega foi realizada em ato solene na ONG FOIRN, em São Gabriel da Cachoeira (AZEVEDO, 2006). Foram totalizados 10,6 milhões de hectares de terras indígenas contínuas, além das terras indígenas de Balaio na BR 307, homologadas em 2006. Também deverão ser homologadas as terras indígenas Marabitanas Cué-Cué, nas margens do rio Negro, que totalizam mais de 90% do município de SGC como terras indígenas (CABALZAR, 2010).

Apenas 3.742,93 hectares do município são legalmente titulados e registrados como sede do município, desde 1935. Todavia a cidade hoje cobre mais de 2/3 do polígono original e cinco

bairros foram construídos em terras devolutas da União, ficando fora da autonomia municipal e na insegurança jurídica (JORNAL O POVO, 2012).

Período	Acontecimento histórico	Principais Atores	Objetivo	Resultados/Obs
Década de 70	Plano de Integração Nacional Reivindicação de demarcação de terras indígenas dos rios Tiquié e Uaupés, junto a FUNAI. Inauguração da Estação de Tratamento de Água em 1978	Governo Militar (FUNAI Exército), Lideranças religiosas, Indígenas e ONGs.	Utilizar a cidade como ponto de apoio do governo para a implantação de programas oficiais de desenvolvimento. Integrar a região ao País. Construir a BR 307 ligando SGC a Cucuí, na fronteira com a Venezuela. Instalação do 1º Batalhão de Engenharia de Construção (1º BEC), em 1973. Investimentos em infraestrutura: luz elétrica, com geradores, tratamento e distribuição de água, duas agências bancárias, uma linha aérea comercial, uma estação radiobrás e uma repetidora de TV Início da demarcação de terras indígenas	Abriu uma ampla frente de trabalho vinda de fora da região, recrutados pelo BEC e duas empreiteiras contratadas pelo governo federal (Queirós Galvão e EIT). Em 1977, as duas empreiteiras se retiraram. Houve um crescimento demográfico de consequências sociais notáveis. Famílias indígenas desceram o rio Negro para atendimento médico, para trabalhar e para matricular os filhos no Colégio Salesiano de SGC. Entre 1970 e 1980, a população de SGC passou de 785 para 3.102 habitantes. Entre 1974 e 1976, os censos registram 6.000 pessoas em SGC. Proposta de criação de um território federal indígena (1975) e início das divergências entre ONGs, FUNAI e Exército sobre a demarcação das terras indígenas. Alguns anos após a inauguração da Estação de Tratamento de Água, as instalações foram sucateadas e o projeto abandonado.
Década de 80	Corte das verbas do governo federal para os internatos salesianos.	ONGs (ISA/FOIRN), Governo Federal (Exército, FUNAI), Lideranças religiosas e indígenas, garimpeiros.	Ocupação militar da fronteira, Instalação do 5º Batalhão de Infantaria de Selva (1987). Garantia da autodeterminação dos povos e a preservação da cultura indígena (FUNAI e ONGs). Fechamento dos internatos salesianos (salesianos/governo). Entre	O internato masculino de SGC foi o primeiro a ser fechado e, entre 1985 e 1987, foi fechado o feminino. Os salesianos foram denunciados por crime de etnocídio no Tribunal Russel, em Amsterdã. Aceleração do processo de urbanização. Após a febre do ouro, muitos garimpeiros permaneceram em SGC,

	Demarcação das terras indígenas de SGC. Implantação do Projeto Calha Norte. Descoberta de ouro na serra do Traíra (rio Tiquié)	ros, duas empresas mineradoras	1984 e 1987, foram fechados os internatos de Pari Cachoeira, no rio Tiquié, de Iauareté e Taracua no rio Uaupés e de Assunção no rio Içana. Inauguração da BR 307 (1989).	aumentando o crescimento da cidade e os problemas de saneamento. Com o fechamento dos internatos, as famílias indígenas mudaram para a cidade, para possibilitar aos seus filhos o acesso às escolas. SGC começa a ter um grande crescimento populacional. Em 1987, lideranças indígenas e ONGs reivindicam a demarcação de uma área indígena única no alto rio Negro, e os marcos colocados pelo Exército, fragmentando a área são jogados nos rios.
Década de 90	Projeto Calha Norte Assentamentos agrícolas na região peri-urbana Demarcação de terras indígenas	Governo Federal Prefeitura Municipal	Aumento de instalações e efetivos militares. Abertura de novos bairros e a doação de lotes para as famílias indígenas, além da ocupação desordenada do solo. Demarcação e homologação de terras indígenas. Inauguração do Hospital de Guarnição de SGC (convênio Exército/Governo do Estado, capacidade 40 leitos) Inauguração do Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de SGC com a missão de vigiar e controlar o tráfego aéreo na região noroeste da Amazônia.	Expansão urbana fora do controle do município. Demarcação e homologação de cinco terras indígenas. Lideranças indígenas, apoiadas por ONGs vão à justiça reclamar a demarcação de suas terras.
2000 a 2012	Distribuição de lotes no bairro Areal Aprovação do Plano Diretor do Município	Prefeitura Municipal, FUNAI	Garantir condições básicas aos imigrantes. Realizar o macrozoneamento do município, estabelecer o perímetro urbano e ordenar o uso e a ocupação do solo. Demarcação e homologação de novas terras indígenas em 2006.	Construção de casas precárias e sem saneamento básico, em terras devolutas da União. Aumento da demanda por moradias. Em agosto de 2000, havia 700 pessoas cadastradas na prefeitura para receber lotes. O processo arrecadatário de terras devolutas da União, em favor do município, iniciado em 2000, até 2012 não foi

	pio (2006) Demarca- -ção das TI de Balaio			aprovado. Fechamento da BR 307 pelos indígenas no km 104 (2002). Em 2012, a cidade não tem aterro sanitário e recebe água contaminada e sem tratamento, dentre vários outros problemas de saneamento.
--	--	--	--	--

Quadro 1 – Principais Acontecimentos Históricos 1970/2012

Fontes: (ALVES, 2007), (CABALZAR, 2006), (LASMAR, 2005), (TAVARES, 2006), FUNAI e Exército.

b. Crescimento Populacional 1970/2010

O número de habitantes da cidade de SGC passou de 1.346, em 1970, para 19.001, em 2010. A taxa de urbanização passou de 29,54%, em 1991, para 41,32%, em 2000 (SEPLAN) e 50,94%, em 2010. Nesse último período, a população urbana também superou a rural pela primeira vez e o município totalizou 37.300 habitantes (Tabela/Gráfico 1), aumentando ainda mais a necessidade de os órgãos públicos implementarem políticas específicas para o saneamento básico, principalmente tratamento e distribuição de água e esgotamento sanitário.

Ano	População rural	População urbana	Total
1970	12.074	1.346	13.420
1980	15.681	3.897	19.578
1991	16.305	6.835	23.140
1996	17.429	9.563	26.992
2000	17.574	12.373	29.947
2010	18.299	19.001	37.300

TABELA 1 – Crescimento Populacional de São Gabriel da Cachoeira 1970/2010

Fonte: IBGE

O crescimento maior da população urbana foi motivado pelas ações do Governo Federal, PIN, na década de 70; fluxos migratórios, decorrentes do fechamento dos internatos salesianos e da descoberta de ouro, na década de 80; Projeto Calha Norte, dos anos oitenta, até os dias atuais, além do crescimento vegetativo (Quadro 1/Gráfico 1):

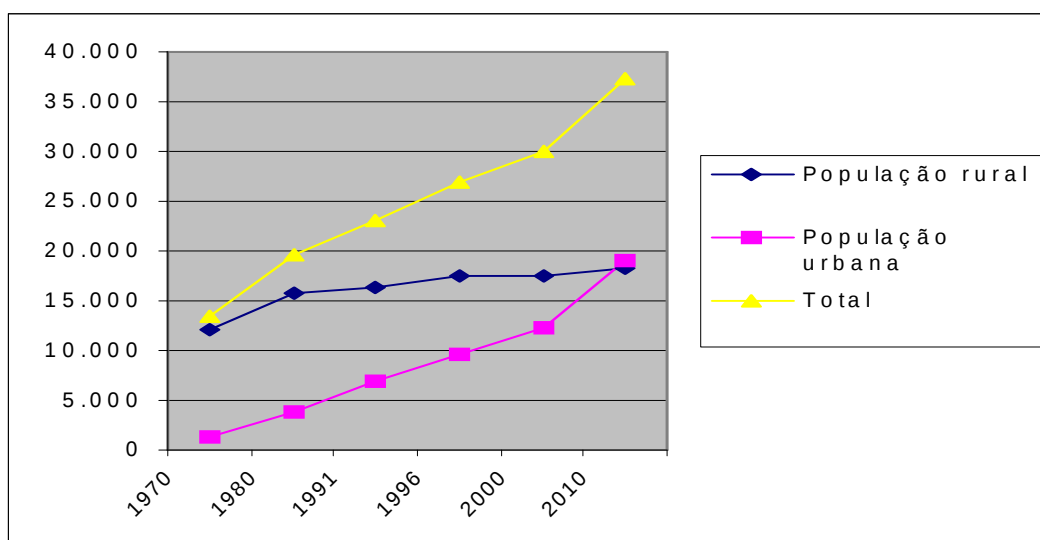


Gráfico 1: Crescimento da População 1970/2010

Fonte: IBGE

A maior taxa média anual de crescimento da população do município ocorreu na década de setenta (3,73%) e o maior incremento médio anual de população se deu na década de 90 (Tabela 2). Apenas 42,6% dos moradores da cidade nasceram em São Gabriel da Cachoeira e 62,5% dos que vieram para a cidade estavam em busca de educação/trabalho (o município tem 34% de analfabetos). A pirâmide etária da cidade é típica de países de 3º mundo, concentrando 49,2% da população até os dezenove anos de idade (ISA/FOIR, 2005).

Períodos	(a)	(b)	(r) %
70/80	615,8	16499	3,73
80/90	324	21359	1,52
90/2000	756	26543,5	2,85
2000/2010	735,3	33623,5	2,18

Tabela 2 – Incremento de População, Média de População e Taxa de Crescimento 1970/2010

Fonte: IBGE – **a**: incremento médio anual de população – **b**: média de população no período – **r**: taxa média de crescimento da população no período %

Na década de setenta, a taxa média de crescimento populacional da cidade de SGC foi de 9,73%, enquanto o município como um todo cresceu a taxa média de 3,73%. Comparando o município de SGC com a cidade de SGC, verifica-se que, em ambos os casos, a taxa de crescimento médio da população, no período como um todo, tem uma tendência decrescente, embora o crescimento médio anual da cidade seja sempre maior que o do município (Gráfico 2):

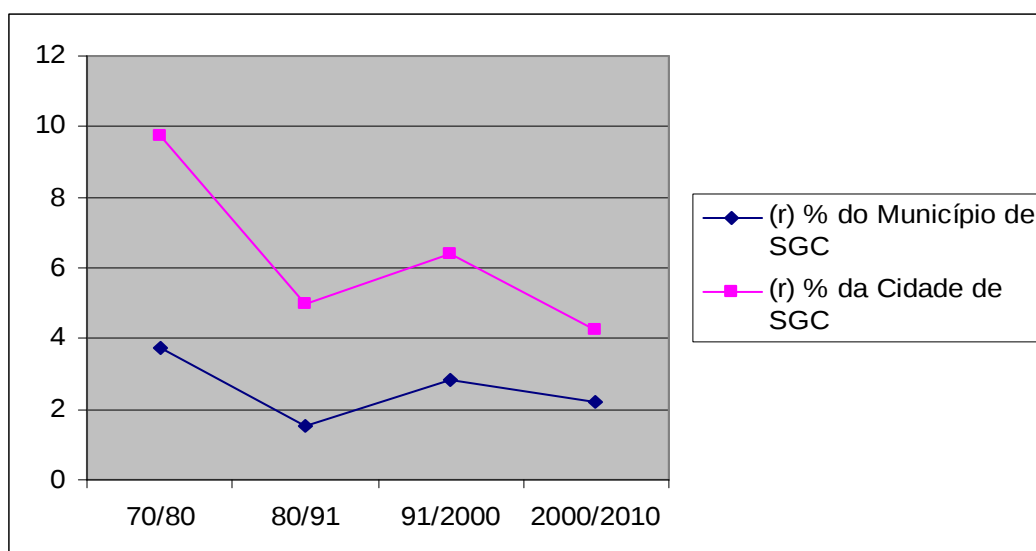


Gráfico 2 – Comparação Município/Cidade de SGC
Fonte: IBGE

De acordo com a Tabela 3, a renda per capita média do município caiu de R\$ 116,78/mês em 1991 para R\$ 106,61/mês em 2000; uma queda de 8,71%. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar, per capita, inferior a R\$ 75,50/mês) cresceu 10,93%. A desigualdade cresceu e o Índice de Gini passou de 0,63, em 1991, para 0,81, em 2000, em uma escala que vai de 0 a 1. O IDH-M teve uma pequena melhora (10,69%), todavia, mantida essa taxa de crescimento, o município levaria 26,6 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP), o município com o melhor IDH-M do Brasil (0,919), e 11,9 anos para alcançar Manaus (AM), o município com o melhor IDH-M do Estado (0,774):

Ano	1991	2000
Renda per capita Média (R\$ de 2000)	116,8	106,6
Proporção de Pobres (%)	62,3	69,1
Índice de Gini	0,63	0,81
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,608	0,673

Tabela 3 – Indicadores de Renda, Pobreza, Desigualdade e Desenvolvimento Humano (IDH), 1991 e 2000

Fonte: SEPLAN-AM

c. Problemas de Saneamento Básico

A Lei estabelece que saneamento básico seja o conjunto de ações que envolvem as áreas de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza pública e manejo de resíduos sólidos, além da drenagem urbana e manejo das águas pluviais. Também cabe ao município planejar e executar o seu plano municipal de saneamento (LEI nº 11.445, 2007).

O crescimento urbano sem planejamento e o aumento da quantidade de pessoas de outras regiões têm provocado problemas de saneamento básico, principalmente para aqueles de cultura indígena. Os indígenas da etnia Kamanau e Maku-Dow vivem em condições subumanas em São Gabriel da Cachoeira (JUREMA, 2001). A cidade não tem aterro sanitário e, em 2000, apenas 70,2% do lixo urbano era recolhido (Tabela 6). Atualmente, todo o lixo coletado vai para um lixão a céu aberto próximo ao porto de Camanaus. O lixão serve de fonte de renda para as comunidades indígenas, que vivem nos arredores da área de descarte. A Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece que, até agosto de 2012, o município seria obrigado a elaborar o seu Plano Municipal de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos, todavia o lixão continua em operação (LEI nº 12.305, 2010).

No município de São Gabriel da Cachoeira, no ano 2000, apenas 25,2 % da população tinha acesso à água encanada (Tabela 6). Em 2012, assim como em anos anteriores, a população de SGC continua recebendo água do rio Negro (água preta), sem tratamento e com o incremento de coliformes fecais oriundos dos igarapés urbanos, que estão à montante do ponto de captação e recebem esgoto sem tratamento. Os efluentes da rua principal da cidade correm por meio de drenagem de água pluvial para posterior lançamento no igarapé próximo ao Porto Queirós Galvão, a montante do ponto de captação de água para abastecimento público (GIATTI, 2007). De acordo com a Secretaria de Vigilância Sanitária do Município, responsável pela análise da água distribuída à população, nos últimos três anos foram coletadas 50 amostras de água para análise, no ponto de captação no rio Negro e, em todas as amostras, foi detectada a presença de coliformes fecais. Ainda de acordo com a Secretaria, a presença de coliformes fecais também é comum nos poços artesianos, que muitas vezes estão situados em locais onde o lençol freático está próximo a superfície e fossas negras (Gráfico 3).

O município possui uma estação de tratamento de água, construído pela Companhia de Saneamento do Estado do Amazonas (COSAMA) e entregue à administração municipal há alguns anos. Todavia, de acordo com a Secretaria de Vigilância Sanitária de SGC, a estação de tratamento de água foi sucateada e abandonada. Caracteriza-se, desse modo, uma situação de iminente risco à saúde da população e negligência do poder público local (PORTARIA MS nº 518,

2004). Em 2004, 15% das internações hospitalares em SGC foram decorrentes de doenças infecciosas e parasitárias, enquanto em São Paulo esse índice cai para 3,9% (GIATTI, 2007).

Em 2009, as doenças infecciosas e parasitárias foram responsáveis por 11,7% das internações. As crianças com menos de um ano são as mais atingidas, representando 35,6% das internações nessa faixa etária, e a falta de saneamento da cidade pode ser responsável por esse indicador. As crianças de zero a 14 anos também têm os maiores índices de internação por doenças endócrinas nutricionais e metabólicas, do aparelho respiratório e de causas externas. Gravidez, parto e puerpério representam 35,1% do total das internações e, na faixa etária entre 15 e 19, está a maior incidência (68,9%). Para algumas doenças, a taxa de internação é zero ou muito baixa. A explicação para esse fato pode ser a falta de médicos, equipamentos ou infraestrutura hospitalar (Tabela 4).

As principais causas de mortalidade, em 2008, foram as doenças do aparelho respiratório (23,49%) e causas externas de morbidade/mortalidade (22,89%). As mortes devido às doenças do aparelho respiratório atingem especificamente os idosos e as crianças. Por outro lado, 100% das mortes na faixa etária entre 15 a 19 ocorrem por causas externas. A falta de políticas públicas de saúde, específicas para essas faixas etárias e a precariedade da rede pública de saúde, que não dispõe de atendimento adequado para o problema do alcoolismo, drogas, suicídios, etc., ajudam a explicar os indicadores apresentados. Nesse mesmo ano, as doenças infecciosas e parasitárias foram responsáveis por 7,83% das mortes, enquanto a média do Brasil foi de 4,74%, na região norte 6,51% e no estado do Amazonas 7,11% (Tabela 5).

Capítulo CID 10	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	35,6	27,4	24,4	20,0	2,3	3,1	5,5	5,5	5,1	11,7
II. Neoplasias (tumores)	-	-	-	2,5	0,8	1,9	-	-	-	1,0
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	-	-	2,4	-	0,8	0,4	-	-	-	0,3
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	16,8	25,2	4,9	7,5	-	-	11,0	10,9	10,1	6,8
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VI. Doenças do sistema nervoso	2,7	2,2	-	-	1,5	0,4	-	-	-	1,0
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	0,8	1,0	13,7	10,9	10,1	1,9
X. Doenças do aparelho respiratório	31,5	34,8	26,8	10,0	1,5	2,7	19,2	30,9	30,4	13,6
XI. Doenças do aparelho digestivo	2,0	1,5	12,2	5,0	5,3	12,5	21,9	10,9	15,2	9,3
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	2,0	5,2	4,9	15,0	6,8	5,4	11,0	9,1	10,1	5,9
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	-	-	2,5	-	0,8	-	1,8	1,3	0,5
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	-	-	4,9	5,0	3,0	6,9	5,5	9,1	6,3	4,6
XV. Gravidez, parto e puerpério	-	-	-	15,0	68,9	58,7	-	-	-	35,1
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	8,7	1,5	-	-	0,8	-	-	-	-	1,4
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	-	-	-	-	-	-	2,7	-	1,3	0,2
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	2,2	19,5	17,5	7,6	6,2	9,6	10,9	10,1	6,4
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	0,7	-	-	-	-	-	-	-	-	0,1
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Tabela 4 – Distribuição Percentual das Internações por Grupo de Causas e Faixa Etária – 2009

Fonte: SIH/SUS. Situação da base de dados nacional em 03/05/2010

Grupo de Causas	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	6,82	21,43	0,00	0,00	0,00	3,13	8,33	9,09	8,62	7,83
II. Neoplasias (tumores)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,25	16,67	12,73	13,79	6,63
IX. Doenças do aparelho circulatório	2,27	0,00	0,00	0,00	0,00	6,25	16,67	27,27	27,59	12,05
X. Doenças do aparelho respiratório	34,09	57,14	0,00	0,00	0,00	0,00	8,33	27,27	25,86	23,49
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	36,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9,64
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	4,55	7,14	0,00	66,67	100,00	75,00	16,67	5,45	5,17	22,89
Demais causas definidas	15,91	14,29	100,00	33,33	0,00	9,38	33,33	18,18	18,97	17,47
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Tabela 5 – Mortalidade Proporcional (%) por Faixa Etária Segundo Grupo de Causas - CID10 – 2008

Fonte: SIH/SUS

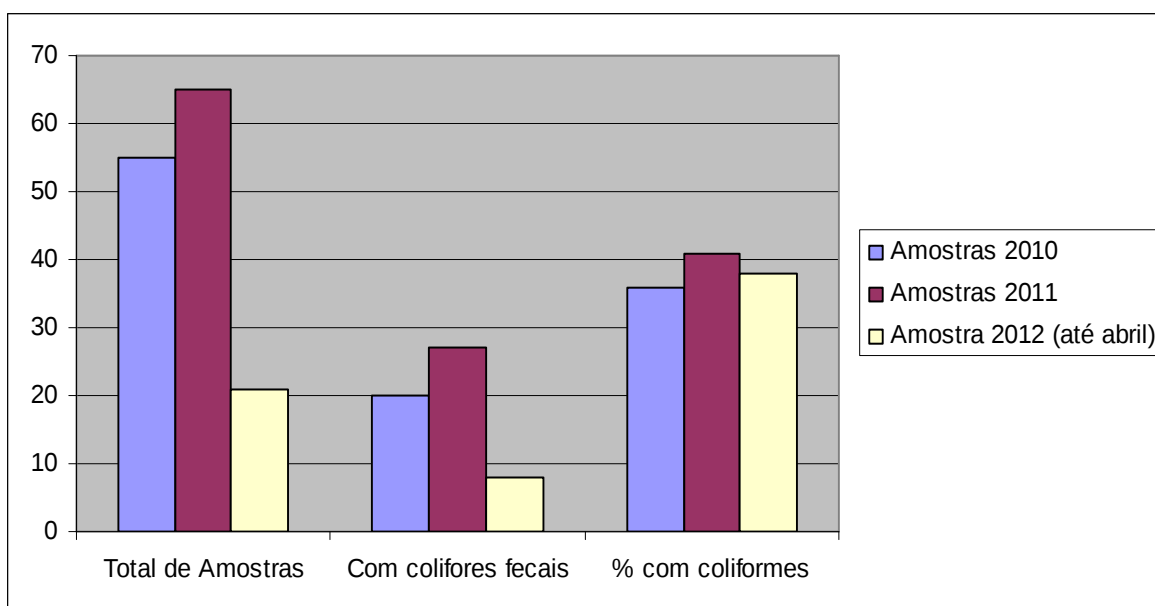


Gráfico 3 – Presença de Coliformes Fecais na Água Distribuída em SGC
Fonte: Secretaria de Vigilância Sanitária de SGC

A maioria das pessoas bebe água de poços artesianos (fonte branca)⁴, porém 38,6% das pessoas bebem água de igarapés, rio, torneira externa, poço, etc. O escoamento da água da cozinha, na maioria das vezes, vai para a rua (27,1% das casas) ou rios, igarapés, quintal, fossa, etc. A água do banho também tem destino semelhante. A cidade não tem sistema de esgotamento sanitário e 78,4% dos efluentes domésticos vão para fossa negra, aumentando os riscos de contaminação do lençol freático (FOIRN/ISA, 2005). Em setembro de 2011, a Promotoria de Justiça do Ministério Público do Amazonas, no município de São Gabriel da Cachoeira, instaurou um inquérito civil contra a Prefeitura Municipal e o Estado do Amazonas, para investigar a falta de saneamento básico na cidade (MPAM, 2011). No início de 2012, de 29 de janeiro a 03 de fevereiro de 2012, a cidade ficou sem abastecimento de água devido à quebra da bomba que capta água do rio Negro e os moradores foram obrigados a servir-se do rio para obter água.

Ano	1991	2000
Água Encanada (%)	14,9	25,2
Coleta de Lixo (% somente domicílios urbanos)	34,9	70,2

Tabela 6 – Acesso a Serviços Básicos 1991 e 2000
Fonte: SEPLAN-AM

⁴ Água branca é a denominação genérica atribuída à água distribuída a população urbana em torneiras públicas, (GIATTI, 2007).

Em um levantamento feito com a população de SGC, em 2005, para fins de elaboração de um plano diretor para a cidade, foram apontados como principais problemas da cidade o desemprego (34,5%), o alcoolismo (15,3%) e a violência (11,8%). Todavia os problemas de saneamento básico não são considerados relevantes para a população do município e isso pode ter influenciado as decisões de investimentos (Gráfico 4), abaixo:

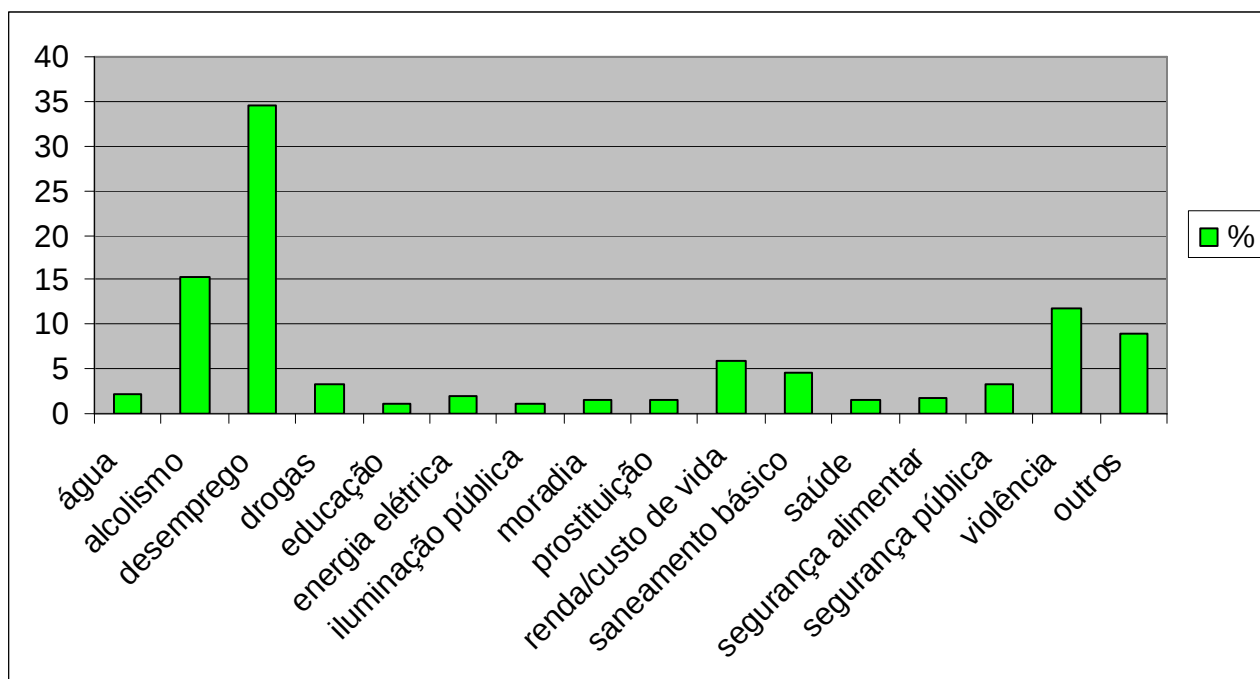


Gráfico 4 – Principais Problemas de São Gabriel da Cachoeira
Fonte: FOIRN/ISA (2005)

Com as cheias de 2012, as maiores já registradas⁵, o rio Negro invadiu os igarapés que adentram a cidade e inundou casas e ruas. Os moradores, que historicamente utilizam as águas do rio Negro para cozinhar, lavar roupas, higiene pessoal, lazer, etc., ficam cada vez mais expostos às doenças trazidas pelas águas contaminadas dos igarapés, que se misturaram com as do rio Negro.

No Bairro São Jorge “Tirirical”, próximo à praia, os moradores improvisaram uma passarela com tábuas, para transitar pela rua. Nesse trecho, que as crianças do bairro aproveitam para brincar e pescar, as águas do igarapé, completamente tomado por aguapés, misturam-se com as águas do rio Negro sobre a rua (Figura 2):

⁵ Desde 1902, um livro registra o nível do Rio Negro. Na anotação de 16 de maio de 2012: 29 metros e 78 centímetros, um centímetro acima da maior cheia até então, em 2009. Números que não surpreendem mais seu Valderino. Há mais de duas décadas ele mede diariamente a altura do Rio Negro (JORNAL NACIONAL, 16/05/2012).



Figura 2 – Crianças do Bairro Rio Negro I e São Jorge sobre a passarela de rua inundada
Fonte: Própria

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento urbano desordenado de SGC foi resultado, principalmente, da ação do governo federal, especificamente do Plano de Integração Nacional (década de 70) e do Projeto Calha Norte (década de noventa até os dias atuais), além do fechamento dos Colégios Salesianos (década de 80) e da descoberta de ouro na serra do Traíra (década de 80). Os resultados esperados para cada projeto delineado nem sempre alcançaram a proposição inicial, transformando-se em problemas ainda hoje sem solução, por exemplo: os altos índices de doenças infecto-parasitárias, a distribuição de água contaminada e sem tratamento, o lixo a céu aberto e a falta de redes de tratamento de esgoto. A adoção de políticas públicas voltadas para a erradicação da pobreza, o planejamento urbano e o saneamento básico, além de projetos direcionados para a preservação do meio ambiente poderiam colaborar para a solução dos problemas de saúde, de crescimento urbano e de ocupação do solo. Em suma, é possível São Gabriel da Cachoeira desenvolver-se de maneira sustentável a partir de critérios econômicos, sociais e ambientais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, E. C. (2007), “*São Gabriel da Cachoeira – sua saga, sua história*”, Goiânia: Kelps, 432 p.
- AZEVEDO, M. M. (2006), “*Urbanização e migração na cidade de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas*”, disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_842.pdf, consultado em 30 de janeiro de 2012.
- BRUNDTLAND, G.H. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro, editora Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- CABALZAR, A. C. A. R. (2006), “*Povos indígenas do Rio Negro: uma introdução à socioambiental do noroeste da Amazônia brasileira*”, 3ª Ed, São Paulo, 128 p.
- CABALZAR, A., et all. (2010), “*Manejo do Mundo: conhecimentos e práticas dos povos indígenas do rio Negro, Noroeste Amazônico*”, São Paulo, ISA, São Gabriel da Cachoeira, FOIRN, 237 p.
- ELOY, L. & C. L. (2001), “*Urbanização e transformação dos sistemas indígenas de manejo de recursos naturais: o caso do alto rio Negro (Brasil)*”, Acta Amaz, vol. 41, nº 1, Manaus, março, 2011, disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0044-59672011000100011&script=sci_arttext, consultado em 23 de janeiro de 2012.
- FOIRN/ISA (2005), “*Levantamento Socioeconômico, Demográfico e Sanitário da Cidade de São Gabriel da Cachoeira-AM*” setembro de 2005, Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)/Instituto Sócio ambiental (ISA).
- GIATTI, L. L. (2007), “*Reflexões sobre água de abastecimento e saúde pública: um estudo de caso na Amazônia brasileira*”, Revista Saúde e Sociedade, volume 16, p. 134-144, Jan/Abr.
- HOUCARDE, J.C. *Précaution et approche séquentielle de la décision face aux risques climatiques de l' effet de serre*. In: GODARD , O. (Ed). *Le principe précaution das la conduite dès affaires humaines*. Paris: Editions de la MSH/INRA, 1997.
- IBGE, (2000) “*Cidades*”, disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=130380#>, consultado em 26 de dezembro de 2011.
- Jornal “O Povo”, edição número 53, ano VII, maio de 2012.
- JUREMA, J. (2001), “*O Universo Mítico-Ritual do Povo Tukano*”, Manaus, Editora Valer, 196p.
- LARMAR, C. (2005), “*De volta ao lago de leite: gênero e transformação no Alto Rio Negro*”, São Paulo, Editora UNESP;ISA, Rio de Janeiro:NUTI, 285p.
- LEI 11.445 (2007), de 05 de janeiro, “*estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico*”, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm, consultado em 27 de junho de 2012.
- LEI 12.305 (2010), de 02 de agosto, institui a política nacional de resíduos sólidos, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm, consultado em 27 de junho de 2012.
- Ministério da Saúde, DATA/SUS, caderno de informações de saúde, disponível em <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02>, consultado em 27 de agosto de 2012.
- “*Portaria nº 518*”, estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade e dá outras providências. Brasília/DF: Diário Oficial da União 2004b; Mar. 25.

MPAM (2011), Ministério Público do Estado do Amazonas, 22 de dezembro. “Notícias, Saneamento Básico:” MP de São Gabriel da Cachoeira instaura inquérito civil, disponível em <http://www.mp.am.gov.br/index.php/noticias/3014-saneamento-basico-mp-de-sao-gabriel-da-cachoeira-instaura-inquerito-civil>, consultado em 23 de janeiro de 2012.

ONU, United Nations Conference on Sustainable Development, *The Future we Want*, Rio de Janeiro, Brasil, 20-22 June 2012, disponível em <http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/o-futuro-que-queremos/>, consultado em 28 de agosto de 2012.

ROMEIRO, A. Ribeiro, *Desenvolvimento Sustentável: uma perspectiva econômico-ecologia*, texto pra discussão nº 195, IE, Unicamp, Campinas, outubro de 2011, disponível em <http://www.eco.unicamp.br/index.php/textos>, consultado em 27 de agosto de 2012.

SACKS, I. *Eco desenvolvimento, crescer sem destruir*. São Paulo, editora Vértice, 1981.

– *Espaços, Tempos e Estratégias do Desenvolvimento*. São Paulo, editora Vértice, 1986.

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, “Lei Municipal nº 145, de 22 de novembro de 2002”, estabelece oficiais as línguas indígenas Nheengatu, Tukano e Baníua.

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, “Lei Municipal nº 209, de 21 de novembro de 2006”, Aprova o Plano Diretor.

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA planeja seu futuro, 2005, “Noticias Sócio-ambientais”, disponível em <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2136>, consultado em 12 de janeiro de 2012.

SEPLAN-AM, “Indicadores Sociais”, disponível em http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/indicadores/perf_mun/Condensado3/Conteudo/subregiao6/7-gabriel.html, consultado em 12 01 12.

VEIGA, J.E. *Desenvolvimento sustentável*, O desafio do século XX, Rio de Janeiro, Garamond, 2005.